

# Estudo Inicial Projeto Educa



## Estudo da realidade de Belo Horizonte para implantação do Projeto Piloto

## Introdução

Esse texto tem por objetivo apresentar as linhas gerais das políticas públicas de educação básica do Município de Belo Horizonte, no contexto nacional, apresentando dados da educação formal desenvolvida nas escolas públicas municipais, assim como da educação de crianças e adolescentes de 3 a 14 anos, realizada em instituições comunitárias e filantrópicas, conveniadas com a Prefeitura, além de outros espaços educativos não formais. Historicamente, as organizações não governamentais, sem fins lucrativos, desempenham um papel relevante no cuidado e na educação de crianças e adolescentes de nossa cidade.

Os procedimentos metodológicos utilizados para a organização desse material envolveram o levantamento dos dados sistematizados em diferentes instâncias da Secretaria Municipal de Educação e, em outras secretarias municipais, em especial a Secretaria Municipal de Saúde e a Secretaria Municipal Adjunta de Assistência Social. Envolveram ainda, o recorte dos dados do censo demográfico realizado em 2010 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). E, por fim, a análise dos documentos e publicações do Ministério da Educação, dos Conselhos Nacional e Municipal de Educação, entre outros.

O texto está assim estruturado:

1. Breve apresentação do Município de Belo Horizonte contendo dados da população em geral e da população entre 3 e 14 anos
2. A Educação Básica no Brasil
  - 2.1. Os desafios da Educação Infantil e do Ensino Fundamental
3. Políticas públicas de educação do Município de Belo Horizonte
  - 3.1. Interface das políticas de educação com outras políticas sociais
4. Espaços educativos da cidade
  - Território para implementação do Projeto Educa
  - Experiência Piloto
  - Atividades no território
5. Considerações finais
6. Referências Bibliográficas

Outros aspectos da realidade do município de Belo Horizonte poderão ser explicitados durante o I Encontro Internacional do Projeto Educa, em maio de 2012.

## 1. Breve apresentação do Município de Belo Horizonte



### **Brasil:**

**População:** 190.732.694  
**Densidade populacional:** 22 hab./km<sup>2</sup>

### **Belo Horizonte:**

**População:** 2.375.151  
**Fonte:** Censo 2010/IBGE  
**Fundação:** 12 de dezembro de 1897  
**Localização:** Sudeste do Brasil, a 716 KM de Brasília, capital federal.  
**Área:** 331 Km<sup>2</sup>  
**PIB:** R\$ 42,2 bilhões representando 1,38% do total das riquezas.  
**Índice IDH:** 0,718

## A Cidade de Belo Horizonte



Fundada em dezembro de 1897, Belo Horizonte foi planejada e construída para ser a capital administrativa e política do estado de Minas Gerais. Localiza-se numa região montanhosa no Sudeste do Brasil, a 716 Km de Brasília, a capital federal. Com uma área de 331 Km<sup>2</sup>, é a sexta cidade mais populosa do País<sup>1</sup>.

<sup>1</sup>

A população brasileira em 2010 era de 190.732.694 pessoas (de acordo com os dados do Censo Demográfico, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE). Esse número demonstra que o crescimento da população brasileira entre 2000 e 2010 foi de 12,3%, inferior ao observado na década anterior (15,6% entre 1991 e 2000). A região Sudeste é a mais populosa do Brasil, com 80.353.724 pessoas. Entre as unidades da Federação, São Paulo lidera com 41.252.160 pessoas. Houve mudanças no *ranking* dos

Belo Horizonte está situada em área vizinha ao Quadrilátero Ferrífero, que, com extensão territorial de aproximadamente 7.000 quilômetros quadrados, destaca-se no cenário nacional pela grande riqueza mineral. Entre os vários minérios extraídos da região estão o ouro, o manganês e o ferro. É a região brasileira que mais produz o minério de ferro (60% da produção nacional). A descoberta de ouro nessa área, no final do século XVII, proporcionou a criação de importantes cidades mineiras como Ouro Preto, patrimônio cultural da humanidade pela Unesco, e Mariana, cidades que possuem um rico acervo arquitetônico e cultural barroco.

De diferentes pontos de Belo Horizonte avista-se a Serra do Curral, um dos principais símbolos da cidade. A Serra do Curral integra o maciço da Serra do Espinhaço, que tem flora diversificada, com variações de espécies do Cerrado até remanescentes da Mata Atlântica. Muito explorada pelas mineradoras, hoje, a Serra do Curral está integrada em áreas de proteção ambiental.

A industrialização na cidade ocorreu devido à disponibilidade de recursos naturais, principalmente de extração mineral no entorno da cidade, o que possibilitou o desenvolvimento da indústria metalúrgica e fez com que a mesma se consolidasse até os dias de hoje.

O setor terciário, representado pelos serviços e comércio, é parte central da dinâmica econômica de Belo Horizonte. A cidade concentra os serviços mais especializados e avançados, como as atividades de comando e controle das demais atividades produtivas, inclusive as industriais. Dentre os fatores responsáveis pela predominância do setor terciário, está a existência de mão de obra não absorvida pelo setor industrial e a implantação de indústrias manufatureiras, de bens de capital e de bens de consumo duráveis, que provocam impactos positivos no setor de serviços.

Nos anos de 1930 e 1940, as construções da cidade de Belo Horizonte foram influenciadas pelo estilo *art nouveau*, com formas irregulares, curvilíneas, delicadas, inspiradas em folhagens e flores. Nos anos de 1940, apareceram as casas neocoloniais com colunas imponentes.

A partir da década de 1980, os antigos casarões passaram a dar lugar a edifícios residenciais. Atualmente, passado mais de um século de fundação, restam poucas daquelas casas que marcaram o nascimento de Belo Horizonte.

maiores municípios do País, com Brasília ganhando posição de 6º para 4º lugar e, por outro lado, Belo Horizonte perdendo posição de 4º para 6º lugar.

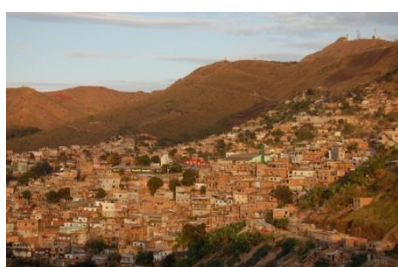


Oscar Niemeyer, arquiteto brasileiro, considerado um dos nomes mais influentes da arquitetura moderna internacional, tem uma ligação muito especial com a cidade. No início dos anos 1940, também início de sua carreira, ele projetou o Conjunto Arquitetônico da Pampulha, composto pela Igreja de São Francisco de Assis, Casa do Baile, Museu de Arte da Pampulha e o Iate Tênis Clube. A "Cidade Administrativa Presidente Tancredo Neves" é a mais recente obra de Niemeyer em Belo Horizonte. Foi construída em 2010 para ser a nova sede administrativa do governo do Estado de Minas Gerais.

Belo Horizonte cresceu muito além dos contornos previstos pelos idealizadores. Hoje, é polo da região metropolitana formada por trinta e quatro municípios. Suas edificações modernas, projetadas por Niemeyer, convivem com os edifícios residenciais e comerciais que ocuparam os espaços das antigas moradias e, com construções simples e precárias, da população dos bairros periféricos, das vilas e favelas.

A cidade enfrenta os mesmos desafios das grandes metrópoles brasileiras, nas quais, ao longo da história, a apropriação e o uso do espaço público seguiram uma lógica vinculada às disparidades e diferenças econômicas, sociais e culturais entre seus moradores. A inversão dessa lógica exige um grande esforço político e a montagem de novos pactos sociais na cidade. Exige um poder político democrático que tenha como interesse básico o interesse público.





A Prefeitura de Belo Horizonte investe na construção de novos consensos que passam por um diálogo permanente com todos os atores sociais e políticos. A participação popular consolidou-se na cidade. Busca-se uma engenharia financeira para que os orçamentos deem conta das demandas e necessidades que crescem dia a dia. A cidade tem o quinto maior Produto Interno Bruto (PIB) entre os municípios brasileiros, R\$ 42,2 bilhões, representando 1,38% do total das riquezas produzidas no País. O município conta com inúmeros projetos e programas inovadores, que seguem os princípios da justiça social, da participação cívica, e do empoderamento das comunidades.

Hoje, Belo Horizonte busca preservar seu patrimônio histórico em instituições de acervo, memória e referência cultural<sup>2</sup>. O Circuito Cultural Praça da Liberdade, recentemente implantado pelo governo de Minas, oferece espaços de arte, educação e cultura à população da cidade e do estado. Os antigos prédios públicos foram transformados em espaços interativos que buscam espelhar a diversidade, em um grande conjunto integrado de cultura: planetário; acervos históricos, artísticos e temáticos; centros culturais; biblioteca e espaços para oficinas, cursos e ateliês abertos.

<sup>2</sup> - Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte, Espaço Cultural Casa do Baile, Museu Histórico Abílio Barreto, Museu de Arte da Pampulha, Centro de Referência Audiovisual e Centro de Cultura Belo Horizonte.

Além do Circuito Cultural Praça da Liberdade, a cidade conta com o Palácio das Artes e outros teatros, a Casa de Cultura Fiat<sup>3</sup>, o Museu de Artes e Ofícios, entre outros.

Importantes movimentos culturais ocorrem na cidade, como o Festival Internacional de Teatro e o Festival de Arte Negra. Ainda no campo cultural, a cidade conta com vários grupos de dança e de teatro. O Grupo Corpo, mundialmente conhecido, é de Belo Horizonte. Além da Companhia Profissional de Dança, mantém uma escola de dança e realiza projetos sociais para crianças e adolescentes em vulnerabilidade social. A cidade conta ainda com o Grupo Galpão de teatro, que já encenou em vários países da América e Europa, e o Grupo Giramundo, famoso pela qualidade de suas peças, encenadas com elementos da cultura popular brasileira, usando bonecos exuberantes, ricos em detalhes e de construção própria.

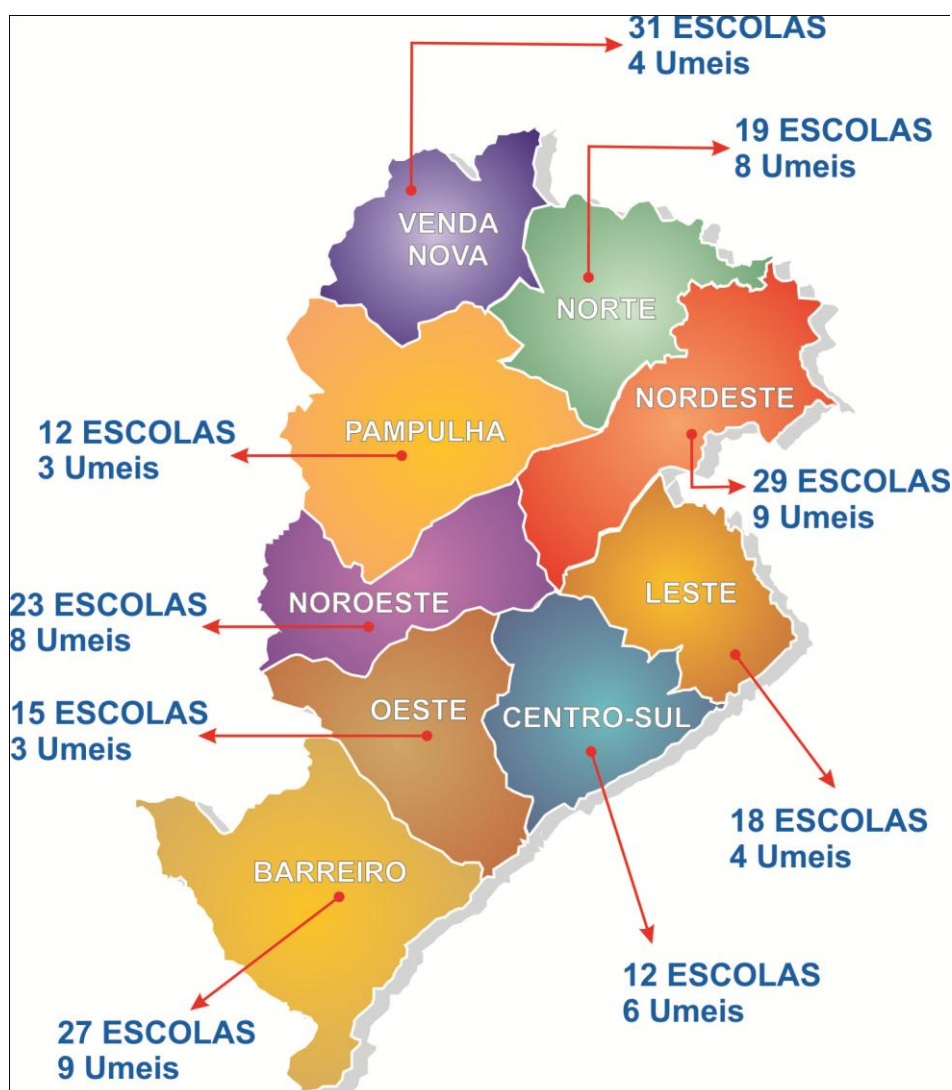
Como Cidade Educadora, Belo Horizonte busca ultrapassar os limites dos prédios escolares e transformar os mais diferentes locais da cidade em espaços educativos. A visão educadora da cidade nos auxilia a focalizar o espaço público como escola de cidadania e civilidade, onde aprendemos e ensinamos o valor e a necessidade de vivermos coletivamente, de forma democrática.

<sup>3</sup> A Casa FIAT de Cultura é mantida pela Fábrica italiana de automóveis, implantada em Betim, Região Metropolitana de Belo Horizonte nos anos de 1970.



## A população de Belo Horizonte

A cidade está organizada em 9 (nove) Administrações Regionais ou Unidades de Planejamento: Barreiro, Centro Sul, Leste, Nordeste, Noroeste, Norte, Oeste, Pampulha e Venda Nova, apresentadas no mapa.



De acordo com o censo demográfico realizado em 2010 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a cidade conta com 2.375.151 (dois milhões, trezentos e setenta e cinco



mil, cento e cinquenta e um) habitantes. A Tabela 1 apresenta a distribuição de habitantes por região da cidade:

**Tabela 1: Habitantes por Regional**

Administração Regional ou Unidade de Planejamento	Número de habitantes
Barreiro	282.582
Centro Sul	270. 607
Leste	250. 951
Nordeste	290. 947
Noroeste	334.104
Norte	213. 208
Oeste	285.005
Pampulha	185.316
Venda Nova	262.431
<b>Total</b>	<b>2.375.151</b>

Fonte: IBGE – Censo Demográfico/2010

Na perspectiva de melhorar a administração da cidade, a Prefeitura fez revisões recentes em suas Unidades de Planejamento, propondo novas configurações. A Regional Noroeste, com maior número de habitantes, passou por um redesenho. Parte de seu território foi transferido para a Administração Regional Pampulha e parte para a Administração Regional Oeste.

Na **Tabela 2** podemos observar o crescimento da população da cidade, por faixa etária, entre 2000 e 2010.

**Tabela 2. População residente por sexo e faixa etária e Pirâmides Etárias Belo Horizonte - 2000 - 2010**

Idade	2000			2010*		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
0 a 1 ano	18.055	17.445	35.500	13.657	13.156	26.813
1 a 4 anos	72.485	70.363	142.848	54.032	52.366	106.398
5 a 9 anos	88.382	86.745	175.127	73.647	71.221	144.868
10 a 14 anos	95.460	94.588	190.048	86.338	85.153	171.491
15 a 19 anos	108.606	113.316	221.922	90.895	91.815	182.710
20 a 24 anos	112.037	119.905	231.942	106.240	112.538	218.778

25 a 29 anos	95.023	102.979	198.002	110.707	120.055	230.762
30 a 34 anos	87.162	96.647	183.809	102.211	111.603	213.814
35 a 39 anos	84.087	95.892	179.979	84.424	94.405	178.829
40 a 44 anos	73.736	86.183	159.919	78.564	90.757	169.321
45 a 49 anos	58.989	71.541	130.530	75.266	89.662	164.928
50 a 54 anos	46.642	57.745	104.387	66.370	81.578	147.948
55 a 59 anos	36.057	43.884	79.941	52.018	66.901	118.919
60 a 64 anos	28.171	37.300	65.471	39.958	53.230	93.188
65 a 69 anos	21.077	29.656	50.733	28.991	40.022	69.013
70 a 74 anos	15.099	24.230	39.329	21.442	31.962	53.404
75 a 79 anos	8.741	15.503	24.244	14.504	23.814	38.318
80 a 84 anos	4.698	9.245	13.943	8.440	16.960	25.400
85 a 89 anos	1.942	5.565	7.507	3.979	8.976	12.955
90 a 94 anos	637	1.800	2.437	1.394	3.963	5.357
95 a 99 anos	135	476	611	358	1.247	1.605
100 anos ou mais	43	256	299	78	254	332
Total	1.057.264	1.181.264	2.238.528	1.113.513	1.261.638	2.375.151

Fonte: IBGE, Censos Demográficos 2000 e 2010

\*Resultados preliminares do universo

O crescimento da população belorizontina, entre 2000 e 2010, foi de 6%. Observamos uma redução no número de habitantes entre 0 e 24 anos, sendo 997.387 (novecentos e noventa e sete mil, trezentos e oitenta e sete) em 2000 e 851.058 (oitocentos e cinquenta e um mil e cinquenta e oito) em 2010, e um aumento no número de habitantes entre 25 e cem anos ou mais<sup>4</sup>, com exceção da faixa entre 35 e 39 anos. Para 1. 238.093 (um milhão, duzentos e trinta e oito mil e noventa e três) habitantes em 2000, esta população chegou a 1. 517. 131( um milhão, quinhentos e dezessete mil, cento e trinta e um) habitantes em 2010.

De acordo com dados da Secretaria Municipal de Saúde, em 2010, a natalidade no município foi de 31. 155 crianças e ocorreram 11,4 óbitos em menores de um ano, para cada 1.000 nascidos vivos.

O Censo de 2010 mostra um maior número de mulheres na população da cidade. Do total de habitantes, 1.113.513 (um milhão, cento e treze mil, quinhentos e treze) são do sexo masculino, e 1.261.638 (um milhão, duzentos e sessenta e um mil, seiscentos e trinta e oito) do feminino<sup>5</sup>.

<sup>4</sup> . O Censo 2010 apurou que existiam 23.760 brasileiros com mais de 100 anos. A Bahia é a unidade da federação a contar com mais brasileiros centenários (3.525), seguida por São Paulo (3.146) e Minas Gerais (2.597).

<sup>5</sup> . Também no País os resultados do Censo/ 2010 mostram que existem 3,9 milhões de mulheres a mais que homens. Em 2010, para cada 100 mulheres, havia 95,9 homens. A população brasileira é composta por 97.342.162 mulheres e 93.390.532 homens.

Na faixa etária de 0 a 14 anos, a cidade conta com um total de 449.570 (quatrocentos e quarenta e nove mil, quinhentos e setenta) meninos e meninas, conforme **Tabela 3**:

**Tabela 3. Faixa etária de 0 a 14 anos: número de meninos e de meninas**

Idade	Meninos	Meninas	Total
0 a 1	13.657	13.156	26.813
1 a 4	54.032	52.366	106.398
5 a 9	73.647	71.221	144.868
10 a 14	86.338	85.153	171.491
<b>Total</b>	<b>227.674</b>	<b>221. 896</b>	<b>449.570</b>

Fonte: IBGE Censo Demográfico/ 2010

Do total de 144.868 habitantes entre 5 e 9 anos, 117.308 (cento e dezessete mil, trezentos e oito) são alfabetizados, ou seja, **81%**. E, do total de 171.491 (cento e setenta e um mil, quatrocentos e noventa e um) habitantes de 10 a 14 anos, 169.244 (cento e sessenta e nove mil, duzentos e quarenta e quatro) são alfabetizados, ou seja, **98,7%**.

## 2. A Educação Básica no Brasil

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, instituída pela lei nº 9.394, de 1996, são as leis que regulamentam o atual sistema educacional brasileiro.

A atual estrutura do sistema educacional regular compreende a **educação básica** – formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio – e a **educação superior**. De acordo com a legislação vigente, compete aos municípios atuar prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil e aos Estados e o Distrito federal, no ensino fundamental e médio. O governo federal, por sua vez, exerce, em matéria educacional, função redistributiva e supletiva, cabendo-lhe prestar assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios. Além disso, cabe ao governo federal organizar o sistema de educação superior.

A educação infantil, primeira etapa da educação básica, é oferecida em creches, para crianças de até 3 anos de idade e em pré-escolas, para crianças de 4 até 6 anos. O ensino fundamental, com duração mínima de nove anos, é obrigatório e gratuito na escola pública, cabendo ao Poder Público garantir sua oferta para todos, inclusive aos que a ele não tiveram acesso na idade própria. O ensino médio, etapa final da educação básica, tem duração mínima de três anos e atende a formação geral do educando, podendo incluir programas de preparação geral para o trabalho e, facultativamente, a habilitação profissional.

Além do ensino regular, a Educação de Jovens e Adultos (EJA) integra a educação formal. A EJA é destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade apropriada.

A **educação superior** abrange os cursos de graduação nas diferentes áreas profissionais, abertos a candidatos que tenham concluído o ensino médio ou equivalente e tenham sido classificados em processos seletivos. Também faz parte desse nível de ensino a pós-graduação, que compreende programas de mestrado e doutorado e cursos de especialização.

Quanto ao financiamento da educação em nosso País, em 1996, uma emenda constitucional instituiu o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) para atender o ensino fundamental. Os recursos para o Fundef vinham das receitas dos impostos e das transferências dos estados, Distrito Federal e municípios vinculados à educação. O Fundef vigorou até 2006, quando foi substituído pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). Agora, toda a educação básica, da creche ao ensino médio, passa a ser beneficiada com recursos federais. Ao substituir o Fundef, o Fundeb aumentou o compromisso da União com a educação básica, ampliando significativamente o aporte de recursos, a título de complementação de investimento ao ano.

O Fundeb expressa também uma visão de ordenação do território e de desenvolvimento social e econômico, na medida em que a complementação da União é direcionada às regiões nas quais o investimento por aluno é inferior à média nacional. Como veremos posteriormente, o valor gasto pelo município de Belo Horizonte na Educação é muito superior ao valor de entrada do Fundeb

## 2.1. Os Desafios da Educação Infantil e do Ensino Fundamental no País

Os desafios enfrentados pelo País na Educação Infantil e no Ensino Fundamental abrangem vários aspectos: a ampliação do número de vagas e do tempo de permanência dos estudantes na escola, a universalização da inclusão dos estudantes com deficiência na rede regular de ensino, o investimento na formação dos professores, a valorização do magistério nas redes públicas, com a implantação de planos de carreira e o aumento dos vencimentos dos professores, a ampliação progressiva dos recursos financeiros da educação, o alcance das médias nacionais para o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), nos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental, entre outros.



O Poder Público de Belo Horizonte enfrenta esses desafios, conseguindo avanços em alguns deles. Por outro lado, a Secretaria Municipal de Educação está ciente dos obstáculos a serem enfrentados, das fragilidades a serem superadas e da necessidade de amadurecimento e aprofundamento dos programas e projetos.

**O Plano Nacional de Educação (PNE) 2011-2020**, em tramitação no Congresso Nacional, propõe o enfrentamento dos desafios, apresentando metas a serem cumpridas até o ano 2020. São elas:

**Meta 1:** Universalizar, até 2016, o atendimento escolar da população de 4 e 5 anos, e ampliar, até 2020, a oferta de Educação Infantil de forma a atender a 50% da população de até 3 anos.

**Meta 2:** Universalizar o ensino fundamental de nove anos para toda população de 6 a 14 anos.

**Meta 3:** Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos e elevar, até 2020, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85%, nesta faixa etária.

**Meta 4:** Universalizar, para a população de 4 a 17 anos, o atendimento escolar aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na rede regular de ensino.

**Meta 5:** Alfabetizar todas as crianças até, no máximo, os oito anos de idade.

**Meta 6:** Oferecer Educação em tempo integral em 50% das escolas públicas de Educação Básica.

**Meta 7:** Atingir as seguintes médias nacionais para o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb):

Ideb	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Anos iniciais do Ensino Fundamental	4,6	4,9	5,2	5,5	5,7	6,0
Anos finais do Ensino Fundamental	3,9	4,4	4,7	5,0	5,2	5,5
Ensino Médio	3,7	3,9	4,3	4,7	5,0	5,2

**Meta 8:** Elevar a escolaridade média da população de 18 a 24 anos de modo a alcançar mínimo de 12 anos de estudo para as populações do campo, da região de menor escolaridade no País e dos 25% mais pobres, bem como igualar a escolaridade média entre negros e não negros, com vistas à redução da desigualdade educacional.

**Meta 9:** Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais para 93,5% até 2015 e erradicar, até 2020, o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% a taxa de analfabetismo funcional.

**Meta 10:** Oferecer, no mínimo, 25% das matrículas de Educação de Jovens e Adultos na forma integrada à Educação profissional nos anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio.

**Meta 11:** Duplicar as matrículas da Educação Profissional Técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta.

**Meta 12:** Elevar a taxa bruta de matrícula na Educação Superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, assegurando a qualidade da oferta.

**Meta 13:** Elevar a qualidade da Educação Superior pela ampliação da atuação de mestres e doutores nas instituições de Educação Superior para 75%, no mínimo, do corpo docente em efetivo exercício, sendo, do total, 35% doutores.

**Meta 14:** Elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação stricto sensu de modo a atingir a titulação anual de 60 mil mestres e 25 mil doutores.

**Meta 15:** Garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, que todos os professores da Educação Básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.

**Meta 16:** Formar 50% dos professores da Educação Básica em nível de pós-graduação lato e stricto sensu, garantir a todos formação continuada em sua área de atuação.

**Meta 17:** Valorizar o magistério público da Educação Básica a fim de aproximar o rendimento médio do profissional do magistério com mais de onze anos de escolaridade do rendimento médio dos demais profissionais com escolaridade equivalente.

**Meta 18:** Assegurar, no prazo de dois anos, a existência de planos de carreira para os profissionais do magistério em todos os sistemas de ensino.

**Meta 19:** Garantir, mediante lei específica aprovada no âmbito dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, a nomeação comissionada de diretores de escola vinculada a critérios

técnicos de mérito e desempenho e à participação da comunidade escolar.

**Meta 20:** Ampliar progressivamente o investimento público em Educação até atingir, no mínimo, o patamar de 7% do produto interno bruto do País.

Conhecer políticas de educação de outros países e cidades, com aquilo que há de positivo ou negativo, pode impulsionar e enriquecer nosso percurso, na busca de cumprir essas metas .

### 3 - Políticas públicas de educação em Belo Horizonte

Como já citado, de acordo com a legislação vigente (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9.394/1996), compete aos municípios atuar prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil. A Prefeitura de Belo Horizonte tem se empenhado em garantir a qualidade da Educação Infantil e do Ensino Fundamental para o Município.

A Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte (SMED) é o órgão da Prefeitura responsável pela gestão da Educação no município. A SMED formula, implanta, executa, monitora e avalia a Política Educacional, com participação da população. Os Fóruns Família Escola, os Conselhos e Assembleias Escolares, assim como o Conselho Municipal de Educação<sup>6</sup>, são instâncias que acompanham e fazem o controle social da educação.

A comunidade escolar de Belo Horizonte vivencia eleições diretas para diretor e vice-diretor das unidades escolares da Rede Municipal de Educação. As eleições para a direção escolar são identificadas pelo Poder Público Municipal como um meio para aprimorar a qualidade da educação na cidade, bem como as relações humanas e profissionais no interior da escola, dando a elas um caráter pedagógico e de fortalecimento da cidadania.

Apresentamos a seguir o quadro geral da educação, considerando as unidades e escolas municipais e as instituições conveniadas com a Prefeitura. A Rede Municipal de Educação possui 63 Unidades Municipais de Educação Infantil (UMeIs) e 171 Escolas Municipais de Ensino Fundamental. As Escolas e Unidades Municipais contam com 14.668 professores, que atendem 174.418 estudantes. O quadro de professores tem a seguinte formação:

Formação do Quadro de Professores	
Nível Superior	10.266

<sup>6</sup> . Por meio da Lei 7.543/98, o município de Belo Horizonte instituiu o Sistema Municipal de Ensino, composto por instituições de educação infantil, ensino fundamental e médio, mantidas pelo Poder Público municipal, instituições de educação infantil criadas e mantidas pela iniciativa privada e órgãos municipais de educação. A mesma lei criou o Conselho Municipal de Educação de Belo Horizonte, órgão de caráter deliberativo, normativo e consultivo, que tem por objetivo assegurar aos grupos representativos da comunidade o direito de participar da definição das diretrizes da educação no âmbito do município.

Nível Médio	287
Com especialização	3.793
Com Mestrado	317
Com Doutorado	25

A Prefeitura mantém convênio com 191 instituições de Educação Infantil (zero até seis anos) e 63 instituições socioeducativas (seis até 14 anos) – Rede Conveniada. Essas instituições não governamentais, sem fins lucrativos, foram criadas, em sua maioria, nos anos de 1970, período da ditadura militar no Brasil. Nesse período, as políticas sociais do País para crianças e adolescentes eram descontínuas, pulverizadas ou sobrepostas e, as políticas educacionais não contemplavam as crianças com menos de sete anos. As organizações não governamentais passaram a desempenhar um importante papel no cuidado e educação das crianças e adolescentes brasileiros. Em Belo Horizonte, ainda hoje, o trabalho por elas realizado complementa a política social e educacional do município. Por meio do convênio com a PBH, as instituições recebem subvenção *per capita* por criança ou adolescente atendido, com valor diferenciado por faixa etária, acompanhamento pedagógico da SMED, material escolar e livros de literatura, e toda a alimentação das crianças /adolescentes é fornecida e supervisionada pela Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional.

Nos últimos anos, a SMED ampliou programas e vagas em suas instituições, construiu, reformou e ampliou prédios escolares, investiu na formação e qualificação de seus profissionais; no monitoramento da frequência e da aprendizagem de seus estudantes; conquistou parcerias e manteve convênios com instituições para o atendimento de maior número de crianças e adolescentes. O resultado desse investimento tem sido observado nos resultados das avaliações externas nas escolas, bem como no desempenho de seus estudantes.

Apresentamos a seguir o quadro síntese da educação, considerando o número de unidades e escolas municipais e as instituições conveniadas com a Prefeitura.

Tipo de Instituição	Número
Unidades Municipais de Educação Infantil	63
Escolas Pólo de Educação Infantil	13
Escolas de Ensino Fundamental com turmas de Educação Infantil	27



Creches e pré-escolas conveniadas com a PBH	191
Escolas Municipais de Ensino Fundamental	171
Instituições Sócio educativas conveniadas com a PBH	63

Fonte: Gerência de Organização Escolar/ SMED

Obs.: A Rede conta ainda com uma escola de Ensino Médio e uma escola de Ensino Especial.

Nos últimos anos, a SMED ampliou programas e vagas em suas instituições, construiu, reformou e ampliou prédios escolares, investiu na formação e qualificação de seus profissionais; no monitoramento da frequência e da aprendizagem de seus estudantes; conquistou parcerias e manteve convênios com instituições para o atendimento de maior número de crianças e adolescentes. O resultado desse investimento tem sido observado nos resultados das avaliações externas nas escolas, bem como no desempenho de seus estudantes.

Tomando como referência os últimos cinco anos, podemos verificar que PBH vem investindo recursos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, que superam a aplicação mínima definida em Lei. O artigo 212 da Constituição Federal de 1988 define a aplicação mínima na Educação, pelo município, de 25% da receita resultante dos impostos. No entanto, pela Lei Municipal 8.494/2003, devem ser aplicados anualmente o mínimo de 30% (trinta por cento) da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências constitucionais, exclusivamente na manutenção e na expansão do ensino público municipal, ressalvadas as exigências previstas na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que contém as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

A **Tabela 4** retrata os valores aplicados entre 2006 e 2011.

ANO	VALOR MÍNIMO A SER APLICADO EM EDUCAÇÃO (R\$)	% MÍNIMO	VALOR EFETIVAMENTE APLICADO EM EDUCAÇÃO (R\$)	% APLICADO
2006	522.896.619,74	30,00%	528.890.048,15	30,34%
2007	610.869.505,35	30,00%	620.466.480,07	30,47%
2008	733.962.788,75	30,00%	749.499.228,78	30,64%
2009	758.191.024,03	30,00%	778.698.048,95	30,81%
2010	901.995.326,03	30,00%	909.899.245,98	30,26%

2011	1.041.585.896,08	30,00%	1.048.700.934,30	30,20%
TOTAL	4.569.501.159,98	-	4.636.153.986,23	-

Fonte: Gerência de Gestão Administrativo Financeira/ SMED

Os dados acima mostram que, nos últimos cinco anos, o Poder Público Municipal aplicou na Educação R\$ 66.652.826,25 a mais do que determina a Lei Orgânica do Município, sendo que não foram somados à esse valor as receitas já vinculadas a outras áreas, como Alimentação Escolar, Fundo de Saúde, Fundo de Assistência Social e taxas como as de iluminação e outras. Em 2011, o município contou com R\$ 393.453.333,18 do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), sendo que seu gasto foi de R\$ 1.048.700.934,30.

Os gastos com o quadro de pessoal da Educação abarcam grande parte do orçamento, como mostra a **Tabela 5**.

**Tabela 5.** Gastos com pessoal da Educação (2006 a 2011)

ANO	DESPESA TOTAL COM FOLHA DE PESSOAL DA EDUCAÇÃO (R\$)
2006	442.333.925,13
2007	479.885.399,49
2008	530.017.030,79
2009	586.539.249,92
2010	618.348.623,02
2011	673.498.893,39
TOTAL	3.330.623.121,74

Fonte: Gerência de Gestão Administrativo Financeira/ SMED

O Plano de Cargos e Salários das Professoras do Ensino Fundamental difere do das Educadoras Infantis. Nesse momento, encontra-se em tramitação na Câmara Municipal um Projeto de Lei, apresentado pela PBH, que altera o cargo de educador infantil para professor de educação infantil. As educadoras infantis estão em greve há um mês. Embora concordem que o Projeto de Lei represente conquistas para a categoria profissional, querem acoplar ao mesmo a isonomia salarial.

Não é um exercício fácil equilibrar demandas acumuladas e crescentes, com orçamentos que não caminham na mesma proporção. No quadro global da educação no município, a deficiência

de vagas na educação infantil, a necessidade de ampliação do horário de atendimento às crianças e adolescentes, a demanda por melhorias salariais, são grandes desafios apresentados aos gestores financeiros da receita municipal.

### **Necessidade de expansão da Educação Infantil**

A legislação nacional (LDB/96) passou a considerar a educação infantil como a primeira etapa da educação básica, direito da criança a que o Estado tem o dever de atender, complementando a ação da família e da comunidade. Desde então, Belo Horizonte tem conquistado avanços para a educação infantil, tanto do ponto de vista normativo quando do atendimento. No entanto, o déficit de vagas é um grande desafio a ser superado.

Em 2000, o Conselho Municipal de Educação regulamentou a educação infantil no Sistema Municipal de Ensino. A partir de então, as instituições públicas e privadas de cuidado e educação da criança de zero até seis anos devem cumprir as normas estabelecidas pela Resolução CME/BH 01/2000, quanto ao quadro de profissionais, aos espaços, instalações e equipamentos, a proposta pedagógica, a documentação, entre outras. Embora as creches e pré-escolas tenham autonomia na formulação de suas propostas pedagógicas, essas precisam estar de acordo com as ***Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil***, definidas pelo Conselho Nacional de Educação.

Na última década, o atendimento à criança tem passado por melhorias gradativas no município. As instituições, orientadas pela Secretaria Municipal de Educação, se empenham em cumprir as normas estabelecidas pelo CME/BH, caso contrário, perdem a “Autorização de Funcionamento”. Os espaços físicos estão mais adequados e bem cuidados, os profissionais mais qualificados para o trabalho. Mas, muito se há que investir na forma de interação entre as instituições e as famílias, no amadurecimento das propostas pedagógicas, que venham a possibilitar o enriquecimento do cotidiano e o desenvolvimento pleno das crianças.

Até 2003, não havia atendimento público municipal à criança de zero a três anos. Essa faixa etária era atendida apenas pela rede de creches que mantinha convênio com a Prefeitura. A implantação das Unidades Municipais de Educação Infantil (UMEIs) representou uma grande conquista para o município, uma vez que, por meio delas, a SMED passou a atender a criança pequena e a expandir o atendimento à criança de quatro até seis anos.

As primeiras UMEIs foram inauguradas em 2004, em áreas de maior concentração de pobreza. Hoje a PBH conta com 63 Unidades, 13 Escolas Municipais de Educação Infantil e turmas de

educação infantil em 27 escolas de ensino fundamental, que recebem crianças a partir dos três anos. No total 20. 574 crianças frequentam a educação infantil da Rede Municipal.

O espaço físico das UMEIs foi concebido por profissionais das áreas de arquitetura e educação. São espaços aconchegantes, iluminados, ventilados, contam com salas bem estruturadas, banheiros adaptados para crianças com deficiência, espaço multiuso, refeitório, pátio coberto, ampla área externa e, se ambientados de forma criativa, possibilitam a autonomia das crianças. A publicação do Ministério da Educação *Padrões Básicos de Infraestrutura para Instituições de Educação Infantil*, apresenta a experiência de construção das UMEIs de Belo Horizonte como referência para os demais municípios brasileiros.

A Secretaria Municipal de Educação faz um investimento consistente na proposta pedagógica, tendo construído a versão preliminar do documento ***Proposições Curriculares para a Educação Infantil***. Nessa construção, tem sido de grande relevância o diálogo com os profissionais da Reggio Children e o conhecimento das escolas da infância de Reggio Emilia.

A cada ano, a Prefeitura realiza um Chamamento Público, com edital publicado no Diário Oficial do Município, possibilitando a habilitação de instituições de educação infantil, sem fins lucrativos, para o conveniamento. O número de 22. 191 crianças atendidas na rede de creches e pré escolas conveniadas, é superior ao atendido na rede pública municipal, o que mostra a importância das instituições não governamentais para a cidade.

Atualmente, **42765** mil crianças de zero até seis anos são atendidas pelo Município, na rede própria e na conveniada. Todas as crianças recebem alimentação balanceada, material escolar, livros de literatura e, este ano, todas as crianças, a partir de quatro anos, passaram a receber também o uniforme escolar

A **Tabela 6** mostra o quadro geral de UMEIs, escolas municipais, creches e pré-escolas conveniadas com a Prefeitura.

Regional	Escolas com turmas de EI	Escolas Municipais de EI	UMEIs	Total	Creches e pré-escolas conveniadas	Total
Barreiro	2	1	9	<b>12</b>	24	<b>36</b>
Centro Sul	2	0	8	<b>10</b>	27	<b>37</b>
Leste	4	1	4	<b>9</b>	27	<b>36</b>
Nordeste	5	3	10	<b>18</b>	20	<b>38</b>
Noroeste	4	2	8	<b>14</b>	21	<b>35</b>



Norte	5	0	9	<b>14</b>	20	<b>34</b>
Oeste	3	2	5	<b>10</b>	25	<b>35</b>
Pampulha	1	1	4	<b>6</b>	17	<b>23</b>
Venda Nova	1	3	6	<b>10</b>	10	<b>20</b>
<b>TOTAL</b>	<b>27</b>	<b>13</b>	<b>63</b>	<b>103</b>	<b>191</b>	<b>294</b>

A **Tabela 7** mostra o total de crianças atendidas na Rede Municipal de Educação e na Rede Conveniada.

Rede Municipal de Educação	20.574 crianças atendidas
Rede Conveniada	22.191 crianças atendidas

As instituições de educação infantil conveniadas com a PBH realizam o atendimento às crianças em horário integral. Nas UMEIs, as crianças de zero a três anos são atendidas em horário integral e, as de quatro até seis, em horário parcial. Há uma grande demanda da população para a ampliação do número de vagas e do tempo de permanência das crianças nas Unidades. Com um acentuado déficit de vagas, a SMED precisou construir critérios de matrícula, priorizando crianças em situação de maior vulnerabilidade social. As vagas são distribuídas da seguinte forma:

- Matrícula compulsória para crianças com deficiência ou sob medida de proteção;
- Das vagas restantes, 70% para crianças em situação de maior vulnerabilidade social;
- Das vagas restantes, 10% para crianças em situação de maior vulnerabilidade social, que vivem no entorno da instituição;
- e, finalmente, 20% das vagas, distribuídas por sorteio público.

Embora se busque maior justiça social com os critérios adotados, a Secretaria Municipal de Educação enfrenta grandes pressões do Ministério Público, dos Conselhos Tutelares e do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

## Ensino Fundamental

Em Belo Horizonte o Ensino Fundamental tem a duração de 9 anos. São 115.529 estudantes atendidos em 171 escolas. A matrícula inicial é garantida aos 6 anos e está organizado na lógica de ciclos de idade de formação, sendo:

- 1o Ciclo – 6,7,8/9 anos – 1º, 2º e 3º anos de escolarização no Ensino Fundamental;
- 2o Ciclo – 9,10,11/12 anos – 4º, 5º e 6º anos de escolarização no Ensino

Fundamental;

- 3o Ciclo – 12, 13, 14 até 15 anos – 7º, 8º e 9º anos de escolarização no Ensino.

O Governo Federal tem avaliado o Ensino Fundamental do país. Em 2007, criou o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) para medir a qualidade de cada escola e de cada rede de ensino brasileira. O indicador é calculado com base no desempenho do estudante em avaliações e em taxas de aprovação. Assim, para que o Ideb de uma escola ou rede cresça é preciso que o aluno aprenda, não repita o ano e frequente a sala de aula. As avaliações para o cálculo do Ideb acontecem a cada dois anos e de acordo com o Plano Nacional de Educação-PNE o objetivo é atingir até o ano de 2022 a nota 6 (seis) - correspondente à qualidade do ensino em países desenvolvidos.

Nos últimos anos, a Prefeitura tem se empenhado em melhorar a qualidade na Educação do Município. No entanto, observada a meta estabelecida pelo PNE Belo Horizonte ainda apresenta resultados insuficientes no Ensino Fundamental conforme apresentado a seguir:

### **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica**

#### **Anos Iniciais do Ensino Fundamental:** (do 1º ao 4º ano )

IDEB BH: 5,3

IDEB Nacional: 4,8

Meta Nacional para 2020: 6,0

Referência Internacional: 6,0

Belo Horizonte está em **4º lugar** entre as 27 capitais do País, sendo os primeiros lugares de Curitiba, Palmas e Brasília.

#### **Anos Finais do Ensino Fundamental:** (do 5º ao 9º ano)

IDEB BH: 3,8

IDEB Nacional: 3,8

Meta Nacional para 2020: 6,0

Referência Internacional: 6,0

Belo Horizonte está em **10º lugar** entre as 27 capitais do País, sendo os primeiros lugares de Palmas, Teresina, Florianópolis, Boa Vista, Curitiba, São Paulo, Cuiabá, São Luis e Brasília.

A partir da análise dos resultados do Ideb e de outras avaliações internas e externas realizadas na Rede Municipal de Educação a Secretaria Municipal de Educação iniciou em 2009 um

acompanhamento sistemático e individualizado a todos os alunos do ensino fundamental, através do Programa de Monitoramento da Aprendizagem. Este acompanhamento inclui várias ações como o acompanhamento/reforço escolar e a formação docente.

Em 2010, a SMED publicou os primeiros volumes da coletânea *Desafios para a Formação*, contendo propostas curriculares para o Ensino Fundamental na Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte. As Proposições Curriculares da Educação de Jovens e Adultos e da Educação Infantil estão em processo de elaboração e comporão novos volumes da coletânea.

A Secretaria Municipal de Educação acredita no avanço dos resultados dos estudantes e na melhoria global da educação, tendo por princípio o compartilhamento da política educacional com outras políticas municipais e a corresponsabilização, cada vez maior, das famílias, da comunidade e da cidade como um todo.

Além da implementação do Programa de Monitoramento da Aprendizagem a SMED implantou, nos últimos três anos, uma série de ações e programas<sup>7</sup>, envolvendo todas as escolas de Ensino Fundamental da Rede Municipal sendo que dois deles, avaliamos, merecem ser destacados nesse diagnóstico tendo em vista se tratarem de experiências relevantes que envolvem a articulação entre escola e a comunidade considerando a interlocução com a família estratégia fundamental para essa articulação. São eles: Programa Família Escola e Programa Escola Integrada.

O Programa Família Escola busca fomentar a participação das famílias, possibilitando o conhecimento e a reflexão sobre a história da instituição escolar, procedimentos pedagógicos, legislação educacional, programas e projetos voltados para assegurar o acesso, a permanência/frequência e a melhoria da qualidade da educação municipal. Busca ainda discutir a relação histórica entre a família e a escola constituindo espaços e mecanismos que, considerando os desafios atuais, aprofundem e ampliem a corresponsabilidade entre as duas instituições nos processos e nos resultados educacionais.

Sabemos que o empoderamento de qualquer segmento social é algo que se processa no tempo e depende das condições oferecidas para a sua realização. Nesse sentido, é preciso considerar que a experiência que vem sendo desenvolvida em Belo Horizonte é, em termos históricos, bastante nova. Em decorrência disso, as estratégias estão constantemente sendo avaliadas e repensadas.

Um impacto positivo da experiência diz respeito ao reconhecimento: hoje, há um consenso entre gestores, educadores, famílias e estudantes sobre a importância e a necessidade

<sup>7</sup> . Projetos e Programas em anexo.

participação da família, mesmo que a forma e o conteúdo dessa participação necessitem de reflexões e aprimoramentos. Assim a família não é mais apenas uma instituição detentora do direito à educação, assumindo o lugar de corresponsável pelo processo educacional e seus resultados.

A realização do Fórum Família Escola, com a presença da secretária de educação, e de aproximadamente 600 pais/mães/responsáveis pelos estudantes, impacta positivamente na dimensão política cultural e simbólica da comunidade escolar. Tradicionalmente a relação entre governantes e governados foi marcada pelo distanciamento e falta de transparência. A experiência de BH confirma a possibilidade de diálogo, tendo o reconhecimento do Ministério da Educação, dos órgãos do governo local, e da comunidade acadêmica. O Fórum Família Escola tem sido referência para a implantação de mecanismos de participação familiar em algumas cidades do País.

O Programa Escola Integrada é fruto do investimento da Prefeitura numa proposta de Educação Integral para o Ensino Fundamental. Atualmente, o programa atende um universo de mais de 40 mil estudantes em jornada ampliada. São nove horas de atividades, dentro e fora da escola, e três refeições diárias para estudantes do Ensino Fundamental, com idades entre 6 e 14 anos.

O Programa Escola Integrada pressupõe a articulação de ações intersetoriais entre as diferentes esferas governamentais, com a incorporação das boas práticas educacionais e sociais existentes em Belo Horizonte. Atualmente, a Prefeitura conta com 316 instituições parceiras do Programa Escola Integrada.

O programa se fundamenta no conceito de cidade educadora, que orienta algumas experiências dessa ordem. Centra-se na ideia de que as cidades exercem funções pedagógicas que vão além das suas tradicionais tarefas econômicas, sociais e políticas. Nessas propostas, a educação não se restringe à escola, alia-se ao desenvolvimento do potencial educativo das mais diversas instituições da comunidade.

O que se propõe é enxergar a educação para além da escola, articulando diversos atores e instituições locais na construção de redes que se corresponsabilizem pela educação das crianças e dos jovens. Sob essa ótica, as cidades emergem com importância crescente na construção de novas formas de sociabilidade e interações, com seus múltiplos espaços de conhecimento e múltiplas oportunidades de aprendizagem, na construção de uma pedagogia do lugar, uma pedagogia das cidades.

Hoje mais do que nunca as cidades grandes ou pequenas dispõem de incontáveis possibilidades educacionais. De uma forma ou de outra, elas possuem em si mesmas elementos importantes para uma formação integral. A cidade educadora é um sistema complexo, em constante evolução e pode ter expressões diversas, porém sempre dará prioridade absoluta a um investimento cultural e à formação permanente de sua população (Carta das Cidades Educadoras, Declaração de Barcelona, 1990).

A reorganização de tempos e espaços de formação se constitui como parte importantes nesse processo de aprender. A comunidade escolar, nos últimos anos, vem experimentando um processo de ampliação dos tempos escolares, reconhecendo que quatro horas e vinte minutos de trabalho escolar são insuficientes para a multiplicidade de conhecimentos necessários para a formação exigida pelo mundo contemporâneo. Por isso tem investido em projetos que ampliaram o tempo de participação dos estudantes, tanto num currículo diversificado quanto em novas formas de aprender.

Assim, na Escola Integrada, amplia-se a jornada educativa passando de quatro horas e trinta minutos para nove horas. Sendo quatro horas e vinte minutos com atividades ministradas pelos docentes da Prefeitura de Belo Horizonte e, as demais, complementadas com atividades de diferentes áreas do conhecimento, formação social e pessoal, lazer, esportes, cultura e artes, acompanhamento pedagógico, desenvolvidas em oficinas que completam o currículo, de forma a integrar as diversas dimensões formadoras do ser humano.

O Programa pretende, também, abrir espaço para o compartilhamento da tarefa de educar e cuidar entre os profissionais da educação, as famílias, e outros atores sociais, introduzindo assim novos perfis de profissionais na educação para a construção de redes de aprendizagens. As atividades desenvolvidas por esses profissionais podem ocorrer tanto nas escolas da Rede Municipal quanto em espaços comunitários públicos e privados do entorno: parques, igrejas, quadras, clubes associações de bairro, entre outros, num movimento que visa explorar e desenvolver os potenciais educativos da comunidade.

Nesse processo, o programa busca a identificação e potencialização de espaços que podem ser utilizados organizando as ações e mantendo diálogo com todos os envolvidos. A ideia que se trabalha é que, com esse movimento, a comunidade que vive no entorno da escola também aprende, se envolve nesse processo e reconhece em cada espaço sua dimensão formadora.



É importante salientar a necessidade de proporcionar aos estudantes a apropriação de outras dimensões formativas: identidade, sensibilidade, estética, memória, experimentação. Bem como a necessidade de participação de atividades que, para além da ampliação de seu repertório cultural, trazem possibilidades de uma nova relação com os conhecimentos escolares.

Para esse atendimento, foi muito importante o estabelecimento de convênio entre a SMED e as instituições socioeducativas, que passaram a fazer parte do Programa Escola Integrada.

É intenção do Programa Escola Integrada buscar instituir novas formas de pertencimento comunitário, a promoção da articulação família, escola e comunidade, revitalizando espaços de convivência e favorecendo as relações dialógicas que reconhecem e reafirmam o potencial educativo da cidade.

São muitos os desafios de se implementar uma política de educação integral : a gestão intersetorial no território, a construção de um currículo que contemple as diversas dimensões da formação humana, a articulação com a comunidade, a necessidade de flexibilidade e atenção para esses novos educadores, entre outros.

### **Interface das Políticas de Educação com outras Políticas Sociais**

A Secretaria Municipal de Educação conta com o suporte das políticas de Cultura, Assistência Social, Saúde, Segurança Alimentar e Nutricional, Esportes, no atendimento intersetorial às crianças e adolescentes. Há ainda um diálogo entre a SMED e a Superintendência de Desenvolvimento da Capital (SUDECAP), em função da construção das Unidades Municipais de Educação Infantil, da adequação e construção de novas Escolas de Ensino Fundamental.

No nosso contexto, a integração entre a Política de Educação, Saúde e Assistência Social tem se mostrado de grande relevância. As políticas municipais de Saúde e de Assistência Social seguem princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS) e do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), com similaridades quanto ao foco nas famílias e com bases no território. A atuação no território representa uma rica possibilidade de (re) conhecimento da região, de seus equipamentos sociais, dos aspectos culturais e dos hábitos da comunidade, dos domicílios, e da realidade das famílias, seu ambiente, seus costumes, crenças e valores.

As ações de Atenção Primária de Saúde se fazem sob a forma de trabalho em equipe, dirigidas a populações de territórios bem delimitados, pelas quais assumem a responsabilidade sanitária. Orientam-se pelos princípios do Sistema Único de Saúde - modelo de atenção à saúde legalmente instituído no País pela Constituição Federal de 1988 - de universalidade,

acessibilidade (ao sistema), continuidade, integralidade, responsabilização, humanização, vínculo, equidade e participação social (BRASIL, 2006).

A Estratégia de Saúde da Família, implementada no Brasil, centraliza a atenção às famílias de uma área geográfica delimitada. É entendida como uma reorientação do modelo assistencial, operacionalizada mediante a implantação de equipes multiprofissionais em unidades básicas de saúde (Centros de Saúde). O Ministério da Saúde criou ainda os Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF), constituído por uma equipe, na qual profissionais de diferentes áreas de conhecimento atuam em conjunto com os profissionais das Equipes de Saúde da Família, compartilhando e apoiando as práticas em saúde nos territórios sob responsabilidade das Equipes de Saúde da Família.

No município de Belo Horizonte, a Atenção Primária de Saúde (APS) estruturada na Estratégia de Saúde da Família, começou a ser implantada em 2002 e se constitui em uma rede de centros de saúde com responsabilidade sanitária por territórios definidos (áreas de abrangência) integrada ao sistema de saúde. Em 2010, a cobertura de Programa de Saúde da Família era 81% da população, sendo 100% nas áreas de elevado e muito elevado risco, com 390 000 famílias assistidas e 1,7 milhões de habitantes cadastrados. Até final 2010 o município contava com 147 Centros de Saúde distribuídos nos nove distritos sanitários da cidade, 48 Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF), 556 equipes de saúde da família (1 médico, 1 enfermeiro, 2 auxiliares de enfermagem e, em média, 5 agentes comunitários de saúde) e 237 equipes de saúde bucal. O município possui 442 médicos de apoio lotados nos Centros de Saúde entre pediatras, clínicos e gineco-obstetras, além dos especialistas em homeopatia, acupuntura e antroposofia.

O município conta ainda com outros serviços como os Centros de Referência em Saúde Mental e Equipes de Saúde Mental, que cuidam dos portadores de sofrimento mental grave e persistente nos territórios. Conta também com a implantação gradativa das Academias da Cidade, destinadas à prática de atividade física e ações de alimentação e nutrição.

A Secretaria Municipal de Educação e a Secretaria Municipal de Saúde desenvolvem o Programa Saúde na Escola (PSE). Esse Programa tem como objetivo contribuir para a formação integral dos estudantes por meio de ações de promoção, prevenção e atenção à saúde, com vistas ao enfrentamento das vulnerabilidades que comprometem o pleno desenvolvimento de crianças e jovens da rede pública de ensino. As atividades de educação e saúde do PSE ocorrem nos Territórios definidos segundo a área de abrangência da Estratégia Saúde da Família (Ministério da Saúde), tornando possível o exercício de criação de núcleos e

ligações entre os equipamentos públicos da saúde e da educação (escolas, centros de saúde, áreas de lazer como praças e ginásios esportivos, etc). Para o alcance dos objetivos e sucesso do PSE é de fundamental importância compreender a Educação Integral como um conceito que compreende a proteção, a atenção e o pleno desenvolvimento da comunidade escolar. Em Belo Horizonte foram identificadas as prioridades e aspectos que precisavam ser redimensionados e/ou qualificados no âmbito das ações de educação e saúde. Em 2011, no âmbito do Programa Saúde na Escola, foram realizados 82.290 atendimentos, sendo 370 à faixa etária de 0 a 5 anos, 42.346 à de 6 a 10 anos, 38.864 às de 11 a 15 anos e 710 à idade de 16 anos ou mais.

Na área da Assistência Social, a política municipal adota os princípios do Sistema Único da Assistência Social (SUAS), e organiza-se em Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e Centros de Referência Especializados da Assistência Social (CREAS).

Os Centros de Referência da Assistência Social são equipamentos públicos, instalados em regiões que apresentam maior índice de vulnerabilidade social. O objetivo desses equipamentos é prestar atendimento às famílias em situação de vulnerabilidade, com vistas a fortalecer os vínculos entre os seus membros (e consequentemente a sua capacidade protetiva) e a comunidade, favorecendo o acesso das mesmas a bens e serviços ofertados pelo poder público e sociedade civil. O trabalho com famílias consiste em: acolhida, diagnóstico, orientações, encaminhamentos, inserção na rede de serviços, realização de oficinas socioeducativas e acompanhamento familiar. Trabalhando com as famílias, os serviços de assistência social fortalecem o cuidado que as mesmas devem ter com suas crianças e adolescentes, favorecendo o desenvolvimento infantil e atuando na prevenção dos casos de violação de direitos.

Os Serviços de Proteção Social Especial são voltados para famílias e indivíduos que sofreram violação de direitos, e que se encontram em situação de risco social e pessoal, por ocorrência de abandono, maus tratos físicos e, ou psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas socioeducativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outras.

Atualmente, a cidade de Belo Horizonte conta com 33 Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e 11 Centros de Referência Especializados da Assistência Social (CREAS), além das unidades de acolhimento para crianças, adolescentes e idosos; serviços voltados à qualificação profissional e inclusão no mercado de trabalho; serviços para pessoas com deficiência, entre outros.

Para que a intersectorialidade entre as políticas públicas municipais se efetive, é necessário um esforço permanente. O que é planejado entre as secretarias, precisa de fato ser praticado nas Administrações Regionais, nos Centros Regionais de Saúde, nas Escolas, nos Centros de Referência da Assistência Social, entre outros. Isso nem sempre é fácil em municípios com dimensões territoriais como o de Belo Horizonte.

#### 4. Espaços Educativos da Cidade

A extensão territorial de Belo Horizonte é ampla e, como vimos, a cidade abriga muitos habitantes. Os espaços potencialmente educativos são vários. Mas, por mais traços comuns que existam, as nove regiões da cidade apresentam particularidades.







As noções de território e territorialidade mostram-se presentes na construção da experiência Piloto do Projeto Educa. Essas noções, também presentes nas Políticas municipais Educação, Saúde e Assistência Social, deverão permitir o levantamento de dados e de informações que sustentarão os procedimentos a serem seguidos. Tais noções deverão ser construídas a partir da compreensão do trabalho educativo e das relações que este trabalho acaba por criar com o espaço social.

Um território é produto da intervenção e do trabalho de um ou mais atores sobre determinado espaço, não se reduzindo à sua dimensão material e concreta. Ele é também “um campo de forças, uma teia ou rede de relações sociais” que se projetam no espaço. A gênese, a dinâmica e a diferenciação dos territórios vinculam-se a uma variedade de dimensões – física, econômica, simbólica, sociopolítica – sendo que as diferenças e desigualdades territoriais residem tanto em suas próprias características físicas e sociais, como na forma com que os territórios se inserem em estruturas mais amplas. Assim, cada território acaba sendo constituído pela combinação de condições e de forças internas e externas, devendo sempre ser compreendido como parte de uma totalidade mais ampla.

### **Território para implementação do Projeto Educa**

Os objetivos do Projeto Educa foram debatidos na Secretaria Municipal de Educação, em reuniões que envolveram, além do Gabinete da Secretária, as Coordenações dos Programas Cidades Educadoras, Escola Integrada e Família Escola, a Gerência de Coordenação da Educação Infantil e a Gerência de Coordenação da Política Pedagógica e de Formação, o Núcleo de Convênios e o Núcleo de Relações Étnico Raciais.



O grupo mencionado sugeriu que a implantação do Projeto fosse realizada na Regional Oeste de Belo Horizonte, pelos seguintes aspectos :

- Grande número de creches e pré-escolas comunitárias e filantrópicas, conveniadas com a SMED estão situadas na Regional: enquanto a Rede Municipal de Educação conta com 10 unidades de atendimento, a Rede conveniada conta com 25.
- Possibilidade de investir na interação entre as Escolas Municipais de Ensino Fundamental e a Rede conveniada, na Regional que abriga o maior número de instituições sócio educativas que atuam no Programa Escola Integrada.
- Grande número de famílias de estudantes está concentrada em área de vulnerabilidade social e tráfico de drogas.
- Avaliação positiva da atuação da Gerência Regional de Educação Oeste, pelo desempenho e disponibilidade nas atividades de acompanhamento pedagógico, ações intersetoriais, relação com as comunidades.

A Regional Oeste de Belo Horizonte abriga 285.005 habitantes. Da faixa etária delimitada pelo Projeto Educa, 3 a 14 anos, residem na Regional 43.308 crianças e adolescentes.

A **Tabela 8** mostra a distribuição do número total de crianças e adolescentes por faixa de idade:

3 anos	4 anos	5 anos	6 anos	7 anos	8 anos	9 anos	10 anos	11 anos	12 anos	13 anos	14 anos
3.286	3.347	3.286	3.336	3.328	3.357	3.764	3.966	3.859	3.866	3.946	3.967

Fonte: Censo Demográfico 2010/IBGE

No atendimento à educação infantil, a Regional conta com 07 Unidades Municipais de Educação Infantil e três escolas de Ensino Fundamental com turmas de Educação Infantil que atendem a 1.964 crianças e 25 creches comunitárias conveniadas com a PBH, que atendem a 3.461 crianças, totalizando 5.425 vagas preenchidas. Crianças de 0 até 6 anos são atendidas também por escolas privadas particulares ou permanecem em casa com as famílias, uma vez que a educação obrigatória a partir dos 4 anos de idade, já inserida na legislação nacional, só passará a vigorar nos municípios em 2016.

<b>UMEI/ESCOLA MUNICIPAL</b>	<b>Nº de Alunos</b>	<b>Nº de Turmas</b>	<b>Nº de Professores</b>
UMEI do Bairro Grajaú	55	4	5
UMEI Silva Lobo	298	18	29
UMEI Maria Sales Ferreira	436	22	33
UMEI Gameleira	238	11	14
UMEI CAC Havai	149	8	12
UMEI Prof. Cristovam Colombo dos Santos	377	18	23
UMEI Santa Maria	258	13	26
Escola Municipal Hugo Werneck	51	2	3
Escola Municipal Prefeito Aminthas de Barros	50	2	3
Escola Municipal Professora Efigênia Vidigal	52	2	3

<b>INSTITUIÇÕES CONVENIADAS</b>	<b>Número de crianças atendidas</b>
Creche Escola Infantil Pingo D'água	183
Creche Primeiro De Maio	122
Creche Comunitária Crescer Com Amor	079
Creche Frei Euzébio	090
Lar Espírita Esperança	138
Associação Mineira De Proteção À Criança	323
Creche Esperança	089

Creche Madre Mazzarello	289
Creche Santa Sofia	079
Creche Sonho Realizado	091
cruzada do Bem Elizabeth Santos	098
Casas lares Ana G. Castilho	131
Creche Sementinha Alegre	209
Grupo de Apoio a Criança e ao Adolescente da Cabana e Região	256
Centro De Educação Infantil João Paulo Ii	174
Creche Casinha Feliz Da Comunidade Vila São José	178
Centro Infantil Crescer Sorrindo	145
Creche Comunitária Tia Mamália	104
Creche Vó Angelina	087
Creche Lar Da Fraternidade	086
Centro Infantil Guiomar Schmidt Sanches	137
Creche Sonho De Criança	066
Centro Comunitário Infantil Caminhando Com Jesus Do Bairro Camargos	096
Creche Comunitária Nossa Senhora Do Carmo	091
Creche Nossa Senhora Auxiliadora Do Bairro Santa Maria	120
TOTAL	3461

Para o ensino fundamental, a Regional conta com 13 escolas da Rede Municipal de Educação que atendem 8.382 estudantes. Desses, 3.327 participam do Programa Escola Integrada. Conta também com 10 instituições socioeducativas conveniadas com a PBH, que fazem parte do Programa Escola Integrada e atendem 1.530 estudantes, no contra turno da escola. Como

vimos, o ensino fundamental é obrigatório e sua oferta é compartilhada pelo governo municipal e estadual. Assim, as crianças e adolescentes não atendidos pela Rede Municipal de Educação, estão matriculados em escolas públicas da Rede Estadual ou em escolas privadas particulares.

INSTITUIÇÃO	NÚMERO DE ESTUDANTES
Centro Estudantil João Calvino	215
Centro Infanto Juvenil Crescer Sorrindo	129
Grupo de apoio a criança e adolescente da cabana e região	256
Associação Dinâmicas	097
Grupo de Educação desenvolvimento e apoio ao menor – GEDAM	142
Centro Juvenil Dom Bosco	294
Movimento Familiar Cristão – Casa Miguel Magone	042
AMPC	119
Obra Social Madre Gertrudes	059
Sociedade Cruz de Malta	207

Dentro da estrutura organizacional da Rede Municipal de Educação planejamos iniciar a experiência piloto do Projeto Educa, em um território que abrange duas Escolas Municipais de Ensino Fundamental e duas Unidades Municipais de Educação Infantil (UMEIs) a elas vinculadas administrativamente:

1. Unidade Municipal de Educação Infantil Grajaú
2. Unidade Municipal de Educação Infantil Silva Lobo
3. Escola Municipal Hugo Werneck
4. Escola Municipal Magalhães Drumond

A Unidade Municipal de Educação Infantil Grajaú atende 55 crianças em 4 turmas e a Silva Lobo 298 crianças em 18 turmas. Nas Escolas Municipais Hugo Werneck e Magalhães Drumond estão matriculados estudantes de 1º e 2º ciclos do Ensino Fundamental e da Educação de

Jovens e Adultos – EJA, sendo que a primeira tem 633 alunos em 23 turmas e a segunda 395 alunos em 15 turmas.

## Experiência Piloto

A concepção e o exercício de gestão democrática na Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte é parte integrante do processo de redemocratização da sociedade brasileira, consubstanciada na Constituição Federal de 1988, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, entre outras, além de um conjunto amplo de experiências pedagógicas e populares desenvolvidas nos últimos anos.

Retomando pontos já trabalhados nesse estudo, para a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, a gestão democrática da educação é sinônimo de participação e empoderamento de todos os envolvidos no processo educacional. A Secretaria Municipal de Educação acredita no avanço dos resultados dos estudantes e na melhoria global da educação, tendo por princípio o compartilhamento da política educacional com outras políticas municipais e a corresponsabilização, cada vez maior, das famílias, da comunidade e da cidade como um todo. A SMED percebe no Projeto Educa, uma proximidade grande com esses princípios e a possibilidade de pesquisar, avaliar, aprofundar, intensificar, re significar e replanejar projetos da Educação Infantil e do Ensino Fundamental que são desenvolvidos para toda a cidade, em um território circunscrito.

Dessa forma, poderíamos dar ao Projeto Educa duas dimensões:

- Pesquisa
- Potencialização de processos em desenvolvimento

### Dimensão 1.

Pesquisa, com consultoria:

- Desenvolver metodologias e estratégias de observação e registro capazes de captar os anseios das crianças e adolescentes com relação ao seu processo educativo.
- Desenvolver metodologias e estratégias de observação e registro, capazes de captar os anseios das famílias com relação ao processo formal e informal de educação de seus filhos.
- Desenvolver metodologias e estratégias de observação e registro, capazes de captar as expectativas e os receios das crianças na transição da educação infantil para o ensino fundamental.
- Desenvolver metodologias e estratégias de observação e registro, capazes de captar a



realidade da comunidade e seus efeitos na escola, assim como a realidade da escola e seus efeitos na comunidade.

## Dimensão 2.

Potencialização de processos em desenvolvimento, tendo como finalidade:

- Proporcionar às crianças e adolescentes da Educação Infantil e do Ensino Fundamental a apropriação de dimensões formativas, como identidade, sensibilidade, estética, memória, experimentação, entre outras.
- Proporcionar às crianças e adolescentes da Educação Infantil e do Ensino Fundamental a participação em atividades que, além de ampliarem seu repertório cultural, tragam possibilidades para uma nova relação com os conhecimentos escolares.
- Proporcionar às crianças e adolescentes da Educação Infantil e do Ensino Fundamental a possibilidade de compartilharem o processo de transição da educação infantil para o ensino fundamental.
- Contribuir para que se instituem para crianças e adolescentes novas formas de pertencimento comunitário, revitalizando espaços de convivência e favorecendo as relações dialógicas que reconhecem e reafirmam o potencial educativo da cidade.
- Proporcionar aos pais, mães e filhos (ou a outras composições familiares) a vivência de experiências culturais ou de lazer em família, acompanhadas pela escola e comunidade.
- Fomentar a participação das famílias na escola, possibilitando o conhecimento e a reflexão sobre a história da instituição escolar, procedimentos pedagógicos, legislação educacional, programas e projetos voltados para assegurar o acesso, a permanência/frequência e a melhoria da qualidade da educação municipal.
- Discutir a relação histórica entre a família e a escola constituindo espaços e mecanismos que, considerando os desafios atuais, aprofundem e ampliem a corresponsabilidade entre as duas instituições nos processos e nos resultados

educacionais.

- Contribuir para fortalecer e consolidar uma rede de colaboração, diálogo e parceria entre as escolas, famílias, comunidade e serviços públicos para garantir a permanência, o aprendizado e o desenvolvimento de crianças adolescentes e jovens.

### Ações

Planejamos atividades circunscritas ao território descrito e outras que envolvem toda a Regional Oeste, que serão debatidas com a Gerência Regional de Educação Oeste, UMEIs, Escolas e ONGs. Avaliamos que o I Encontro Internacional do Projeto Educa, que se realizará em maio de 2012, nos dará elementos para reorganizarmos a proposta.

### Atividades no território

Duas escolas e duas UMEIs situadas em bairros vizinhos.

Turmas de crianças e adolescentes entre 3 e 14 anos e seus familiares.

Cinco Organizações não Governamentais conveniadas com a PBH (mínimo).

Comunidade composta pelos bairros delimitados pelo território.

### **Detalhamento da proposta:**

Atividade 1: "A voz das famílias e a escola"

Descrição:

Organização de grupo (s) composto (S) em maior proporção por pais/mães, e ainda por representantes de professores/escola, organizações não governamentais locais, Gerência Regional de Educação/Secretaria Municipal de Educação, para a discussão de temas relacionados à educação de crianças e adolescentes entre 3 e 14 anos.

Etapas:

- Definição conjunta da forma de organização do (s) grupo (s); datas, horários e local das reuniões; responsabilidades de cada membro, entre outras.
- Levantamento e definição conjunta dos conteúdos prioritários.
- Definição de representante (s) de pai/mãe, responsável (is) pela articulação entre as famílias (coordenador (es) do grupo de pais).
- Planejamento e organização das reuniões por um representante de cada segmento, contando sempre com a participação do coordenador do grupo de pais.
- Registro e documentação das discussões realizadas.
- Avaliação da reunião e planejamento da seguinte.

- Retorno da avaliação aos segmentos envolvidos.

## Atividade 2: “A voz das crianças e adolescentes”

### Descrição:

Em horário e local concomitante a atividade 1, previu-se a realização de reuniões de grupo (s) de crianças e adolescentes para “discutirem simbolizarem, representarem” tema similar ao trabalhado pelo (s) grupo (s) de adultos, por meio de metodologia específica, envolvendo oficinas de artes plásticas, dramatização, entre outras.

### Etapas:

- Definição conjunta da forma de organização do (s) grupo (s); datas, horários e local das reuniões/oficinas; responsabilidades de cada membro, entre outras.
- Levantamento e definição conjunta dos conteúdos prioritários.
- Definição de representante (s) de crianças e adolescentes, responsável (is) pela articulação do grupo.
- Registro e documentação das discussões e representações.
- Avaliação da reunião e planejamento da seguinte.
- Retorno da avaliação aos segmentos envolvidos.

Além do acompanhamento às reuniões de pais, e das oficinas para as crianças, planejamos a contratação de estagiários para permanecerem em alguns horários nas escolas e nas organizações não governamentais, observando e documentando as falas e outras manifestações das crianças e adolescentes de 3 a 14 anos. Estas observações poderiam ser discutidas com os representantes das escolas e das ONGs e posteriormente compartilhadas nas reuniões do grupo da atividade 1. A metodologia para a observação e documentação precisa ser construída.

Momento de socialização: ao final das atividades do (s) grupo (s) de adultos e do(s) grupo(s) de crianças e adolescentes realizar um momento de socialização entre “A voz das famílias e a escola” e “A voz das crianças e adolescentes”.

## Atividade 3. “Arte, cultura e lazer para crianças, adolescentes e adultos”

### Descrição:

Programação de atividades, que possibilitassem aos pais, as mães e aos filhos (ou a outras composições familiares) a vivência de experiências culturais ou de lazer em família,

acompanhada pela escola e comunidade. (levantamento de interesses e desejos das crianças, adolescentes e familiares.

- Organização de pequenos grupos, agrupados por interesse.
- Realização de atividades como: ida ao cinema, teatro, museu, estádio de futebol, parque, entre outras.

#### Atividade 4. “A Comunidade e a Escola ”

##### Descrição:

Fortalecer o espaço já instituído de reuniões entre o grupo de pais, professores/escola, estudantes adolescentes, organizações não governamentais, Gerência Regional de Educação/Secretaria Municipal de Educação, Escolas Municipais, Escolas Estaduais, com outros serviços públicos locais, como Centro de Saúde, CRAS, Espaço BH Cidadania, entre outros.

Pauta: Discussão de temas relativos à realidade da comunidade e seus efeitos na escola, a realidade da escola e seus efeitos na comunidade. Busca de soluções para os problemas, por meio de políticas públicas intersetoriais, compartilhadas também com as organizações não governamentais e a comunidade.

#### Atividades na Regional

##### Atividade 1: “ Fórum Família – Escola – Comunidade”

Realização de fórum regionalizado, à luz da experiência do “Fórum Família – Escola”, ação realizada pela Secretaria Municipal de Educação para as famílias de crianças e adolescentes da Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte. O Fórum Família – Escola constitui-se em uma experiência única no país, um espaço no qual se prioriza ouvir as famílias e dialogar com suas questões, dúvidas, discordâncias e sugestões para a melhoria da educação no município.

O fórum regionalizado traz como perspectiva:

- Socializar e expandir a experiência realizada no território, para as outras escolas, UMEIs, instituições conveniadas e comunidades.
- Ouvir as questões das famílias de uma Regional Administrativa específica, questões estas que podem apresentar particularidades, dada a dimensão de nosso município e as características de cada região da cidade.

##### Atividade 2.

“A voz das crianças e adolescentes”:

### Descrição:

Em horário e local concomitante a atividade 4, previu-se a realização de oficinas de artes plásticas, dramatização, música, recreação, entre outras, com grupo (s) de crianças e adolescentes. Além disso, um momento para as crianças e adolescentes do grupo "território" apresentarem para os colegas as discussões e representações feitas ao longo das reuniões à realizadas.

### Publicação da Experiência

Planejamos uma publicação conjunta, contendo as experiências locais das três cidades/países, e as discussões e encaminhamentos dos encontros internacionais entre Brasil, Moçambique e Itália.

### 5.Considerações finais

No estágio atual de desenvolvimento do projeto estão previstas as seguintes atividades:

- Apresentação das linhas gerais do Projeto Educa para a equipe de profissionais da Gerência Regional de Educação Oeste (GERED-O) que realiza o acompanhamento pedagógico das UMEIs e Escolas da RME e das instituições conveniadas (atividade já realizada).
- Apresentação das linhas gerais do Projeto Educa para as duas escolas e duas UMEIs do território.
- Visita as instituições de educação infantil e sócio educativas conveniadas com a PBH (várias visitas já foram realizadas).
- Sistematizar as entrevistas já realizadas com os vários sujeitos sociais: estudantes, educadores, professores, diretores, coordenadores pedagógicos, entre outros. Realizar novas entrevistas para a complementação de dados.
- Levantamento das expectativas (definir e construir instrumento metodológico).
- Levantamento e análise das propostas.

Após a realização do I Encontro Internacional do Projeto Educa:

- Realização de reunião com as instâncias da SMED e Gerência Regional de Educação – Oeste para a reorganização do projeto e das atividades.
- Reorganização do Plano de Trabalho local e início das atividades

### Expectativas



No desenvolvimento do projeto nas dimensões apontadas e em seu compartilhamento com as cidades parceiras em Moçambique e na Itália, esperamos:

- Ser capazes de acompanhar, registrar e refletir com crianças da EI e do EF que frequentam escolas da RME em horário parcial e em horário integral, sobre o seu cotidiano .
- Ser capazes de acompanhar, registrar e refletir com crianças da EI e do EF que frequentam instituições conveniadas com a PBH em horário parcial e em horário integral, sobre o seu cotidiano.
- Desenvolver metodologias e estratégias de trabalho capazes de captar os anseios das crianças e adolescentes com relação ao seu processo educativo.
- Ser capazes de realizar avaliações em processo.
- Conhecer metodologias de registro mais eficazes.
- Refletir sobre políticas educacionais que, em sua elaboração, consigam traduzir as demandas das crianças e adolescentes.
- Conhecer processos de trabalho que inovem e possibilitem uma maior articulação entre escolas, famílias, sociedade civil, organizações governamentais e não governamentais.
- Ser capazes de realizar análise de impacto das ações.
- Buscar a efetivação da educação como tarefa multidisciplinar, envolvendo cada vez mais as comunidades locais.
- Participar de experiências de redes internacionais e de capacitação.

## Referências Bibliográficas:

- Constituição da República Federativa do Brasil/1988.
- Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte/ 1990.
- Estatuto da Criança e do Adolescente/1990.
- Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996).
- Resolução CME/BH 01/2000 – Conselho Municipal de Educação de Belo Horizonte.
- Plano Nacional da Educação – PNE (Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001).
- Projeto de Lei nº 8.035/2010 – Plano Nacional de Educação – Decênio 2011 – 2020 – Câmara dos Deputados, Relator: Deputado Ângelo Vanhoni.
- Plano de Desenvolvimento da Educação/ 2011: Razões, Princípios e Programas - Ministério da Educação/ Secretaria de Educação Básica, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP)/ Diretoria de Avaliação da Educação Básica.
- Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil/ Câmara de Educação Básica/ Conselho Nacional de Educação/2009.
- Escola Integrada: novos tempos, lugares e modos de aprender. SMED/2008.
- O Processo de Constituição de Políticas Públicas de Educação Infantil em Belo Horizonte: 1983 a 2000. Isa T. F. Rodrigues da Silva/2002. Dissertação de Mestrado.
- Metodologia de Trabalho Social com Famílias na Assistência Social (2007, Prefeitura de Belo Horizonte).
- Guia da Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte/2011.
- A Voz das Famílias e a Escola. Secretaria Municipal de Educação/ 2008.
- O Sistema Único de Assistência Social em Belo Horizonte/2011.

Territórios Educativos em Belo Horizonte: Planejamento Integrado do Sistema Público de Educação Básica. Prefeitura de Belo Horizonte e Governo de Minas/2012.